

## DOCUMENTO FINAL - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA LUTA PELO TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS

Trata-se de documento produzido pela análise transversal do produto da reflexão dos Grupos de Trabalho Regionais e Propositivos reunidos por ocasião do I SEMINÁRIO ESTADUAL DA CAMPANHA NACIONAL PELA REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DO RIO DE JANEIRO, realizado no dia 19 de novembro de 2012, na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

A partir de 04 eixos, são ações estratégicas de todas as Comunidades Tradicionais Pesqueiras do Estado do Rio de Janeiro:

### 1. Identidade e Representatividade da categoria de pescador(a) artesanal

- Apoiar o empoderamento dos(as) pescadores(as) artesanais sobre seus direitos, especialmente o direito a sua identidade de pescador(a), à liberdade de associação, à liberdade de filiação sindical e ao território pesqueiro.
- Lutar para garantir que as associações sejam reconhecidas como entidades classistas de representação oficial e política dos(as) pescadores(as) artesanais, inclusive para fim de acesso aos documentos relativos a sua atividade profissional (carteira, licença para pesca, dentre outros).
- Lutar para questionar juridicamente o **Acordo de Cooperação n. 02/2012** firmado entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores, objetivando a utilização das Federações Estaduais de Pescadores e suas respectivas colônias de pescadores, formalmente filiadas à CNPA, a fim de estabelecer procedimento de recepção de documentos e entrega das licenças de pescadores profissionais artesanais, bem como ampliar o atendimento ao pescador artesanal, mediante as seguintes atividades:
  - A) Ações dos Pescadores para documentar as violações de direitos que tem sofrido, especialmente, mediante registros de ocorrência de crime e pedidos por escrito endereçados à Superintendência no Rio de Janeiro do Ministério da Pesca e Aquicultura.
  - B) Encaminhar ao Ministério Público do Trabalho pedido de investigação sobre o **Acordo de Cooperação n. 02/2012**.
  - C) Questionar a exigibilidade da obrigatoriedade de filiação a colônia (colonização/sindicalização).
- Lutar pela ampliação da proteção das lideranças das comunidades pesqueiras, especialmente, pelo fortalecimento do PPDDH (Plano de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos) e pela investigação, apuração, processo e julgamento dos crimes praticados contra pescadores(as) artesanais, notadamente, quanto aos homicídios e desaparecimentos forçados.

### 2. Acompanhamento, denúncia, fortalecimento da resistência aos megaempreendimentos em áreas de pesca artesanal e de comunidades tradicionais

- Exigir que os pescadores sejam consultados na implementação desses empreendimentos, mas não somente por audiências públicas, quase sempre manipuladas (direito à consulta prévia).
- Exigir que no processo de licenciamento ambiental e de estudos para empreendimentos, seja incluído no Estudo de Impacto Ambiental um estudo pormenorizado (bem como de ações em resposta) dos impactos socioambientais, com especial atenção para a análise dos impactos sobre a saúde ambiental da área e dos danos que recaem sobre os pescadores.

- Lutar pela revisão das áreas de exclusão da pesca em áreas de grandes projetos e de proteção ambiental.
- Combinar a ação da pesquisa de universidades e do conhecimento tradicional do(a) pescador(a) artesanal para comprovar e evidenciar a poluição dos grandes empreendimentos, bem como dos impactos que causam sobre as comunidades e populações tradicionais.
- Regularizar os territórios da pesca artesanal com o objetivo de impedir ou dificultar a entrada de megaprojetos poluentes nessas áreas, garantindo o uso e o poder do território nas mãos das comunidades tradicionais.
- Criar mecanismos obrigatórios dos megaempreendimentos que contem com a participação e controle popular de todos os grupos impactados pelo projeto em distintas fases de fiscalização.
- Lutar pelo fortalecimento do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUDEDH/DP RJ), que tem a missão institucional de prestar assessoria jurídica contínua às comunidades tradicionais pesqueiras visando efetivar e garantir seus direitos.

### **3. Campanha pelos territórios da pesca artesanal e o Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre Reconhecimento, Proteção e Garantia do direito ao território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras**

- Articular, visando a coleta de assinaturas, com associações e colônias de pescadores(as) artesanais, com sindicatos de trabalhadores(as) rurais e com a sociedade em geral, buscando a união de distintos movimentos sociais, populares, organizações da sociedade civil, universidades em torno do debate sobre o Projeto de Lei de Iniciativa Popular.
- Potencializar a campanha de regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras por meio das redes sociais na plataforma web.
- Colher assinaturas de eleitores(as) e preencher legivelmente todos os dados do formulário denominado Abaixo Assinado pelo Projeto de Iniciativa Popular sobre Reconhecimento, Proteção e Garantia do direito ao território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras.
- Promover reuniões com as comunidades pesqueiras para realizar rodas de conversa, oficinas, palestras e atividades de formação com a finalidade de explicar o conteúdo do projeto de lei de iniciativa popular, assim como para definir estratégias de coleta de assinaturas do Abaixo Assinado para o referido projeto.
- Estabelecer cronogramas articulados de divulgação das reuniões.
- Colher assinaturas em escolas, a partir do apoio de professores, com representantes de associações de pescadores e outros meios de coleta de assinaturas. Dentre elas: divulgar nas Igrejas, escolas, pontos de pesca e nas praças, fazer carreatas e manifestações em vias movimentadas.

### **4. Estratégias em defesa da criação, apoio e fortalecimento de políticas públicas para a pesca artesanal (específicas)**

- Lutar pela implementação da Lei Federal n. 11.959, de 29 de junho de 2009 sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca NO Estado do Rio de Janeiro, com estabelecimento de linhas de crédito específicas para a pesca artesanal e atividades de apoio (construção e compra de embarcações) e processamento, em diferentes linhas com a valorização dos jovens, mulheres e outros grupos vulnerabilizados dentro da comunidade tradicional pesqueira.
- Propor de um GT dentro da ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) para desenvolver o Plano de Ordenamento Pesqueiro Estadual - que

pressupõe o mapeamento e diagnóstico da pesca no Estado do Rio de Janeiro, a ser desenvolvido pelo método da **cartografia social**.

- Reivindicar o reconhecimento da comunidade tradicional pesqueira como destinatária do Decreto Federal n. 6040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- Lutar pela capacitação dos servidores públicos que atendem aos(as) pescadores(as) artesanais, especialmente, na área de concessão de direitos trabalhistas e de benefícios previdenciários, a fim de que não reste dúvida de que são segurados(as) especiais da Previdência Social.
- Lutar pela valorização do produto da pesca artesanal por meio de certificações e selos.

As **Relatorias dos GTs Regionais e Propositivos** produziram o que segue e é aqui transcrito (literalmente) para o fim de **registro**:

### 1) Região Costa Sul

Orador do Grupo: Jadson, Praia do Sono – Caiçara de Parati

#### **Questões que fundamentam as ações:**

- 1) Conflitos envolvendo pesca turística e profissional. O pescador artesanal sofre repressão enquanto o turista que pratica a pesca não sofre sanção.  
Conflitos envolvendo pesca turística e profissional. O pescador artesanal sofre repressão policial.
- 2) Conflito com relação da recategorização da unidade de conservação. Destacando conflitos gerados por empresas privadas contra caiçaras.
- 3) Ação de empresas com seus empreendimentos: O pré-sal na confluência na Baía de Ilha Grande; risco de danos a atividade pesqueira. Há exemplos de empresas como: Petrobrás; TECNIPE; BRASJELS; Angra 3; Marinas do Saco do Mamangeia e INGA (órgão público).

#### **Propostas de ação**

- Avaliação das condições socioambientais e dos impactos a saúde ambiental dos pescadores nos EIA/RIMA.
- Revisão das áreas de exclusão de pesca delimitadas nas áreas de proteção ambiental. Garantindo a participação dos pescadores artesanais exigindo seus direitos.
- Regularização judiaria de todas as comunidades tradicionais (caiçaras, quilombolas e pescadores).
- Monitoramento popular das operações de fiscalização dos órgãos ambientais.
- Pescadores providenciarem elementos que comprovem poluição de grandes empreendimentos.

#### **Assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa popular**

- Alba vai tentar colher assinaturas de pescadores do centro de Ilha Grande e de pessoas de Itaituba.
- Pedrosa se compromete em buscar assinaturas na região de APEBADE e Parque Drambocaba.
- Carlos Hamilton se compromete em divulgar na colônia Z18 de Paraty.
- Jardson vai divulgar na Praia do Sono e na Reserva Ecológica de Juatinga.

### 2) Região Baía de Guanabara

Oradora: Eliana Bibiana – Itaoca – SG

#### **Propostas para colher as assinaturas**

- 1) As entidades deverão se reunir com as comunidades para deixar público a campanha e definir estratégias de coleta. Dentre elas: divulgar nas Igrejas, escolas, pontos de pesca e nas praças, fazer carreatas e manifestações em vias movimentadas, porém divulgando antes para que as pessoas levem o título de eleitor.
- 2) As associações deverão ficar encarregadas de levar as assinaturas para os seminários e/ou encontros para que haja a avaliação e centralização das coletas nesses espaços.

#### **Propostas para promover a identidade**

- 1) Realização de caravana entre as comunidades pesqueiras.
- 2) Aproximação da comunidade com o resgate das histórias e festas, com eventual ajuda de pesquisadores para documentá-las.
- 3) União com outros movimentos sociais para combater os empreendimentos industriais e o modelo de desenvolvimento, principalmente em relação ao COMPERJ.

#### **Propostas de ação**

- 1) Explorar os pontos de pesca, a partir de uma formalização que indique aqueles que estejam responsáveis pela coleta de assinaturas.
- 2) Fazer conselho com a comunidade para informar e divulgar as bases para então partir para escolas, Igrejas e locais de pesca.
- 3) Que haja encontros, em que serão centralizadas as assinaturas e avaliada a sua coleta.
- 4) Realização de caravana para buscar a produção da identidade.
- 5) União com outros movimentos populares.
- 6) Resgate das histórias e festas da comunidade.

### **3) Região Baía de Sepetiba**

Orador: \_\_\_\_\_

#### **Propostas de ação**

- 1) Questão das colônias  
Questionar a legitimidade das colônias como único representante, reconhecido, dos pescadores.  
A luta é para que as associações passem a ter maior representatividade.
- 2) Exigir que os pescadores sejam consultados na implantação de empreendimentos.
- 3) Entrar com uma ação no Ministério do Trabalho contra o pagamento obrigatório do imposto sindical.
- 4) Divulgação por meios de redes sociais acerca dessa proposta de recolhimento de assinaturas.  
Cada pessoa, independente de ser pescador ou não, recolherá o máximo de assinaturas possíveis e entrega-las na sede do CEPE de Santa Cruz.  
Serão recolhidas assinaturas nas escolas, a partir do apoio de professores, com representantes de associações de pescadores e outros meios de coleta de assinaturas.
- 5) Intervenção da Universidade nos esclarecimentos pertinentes ao projeto de lei, sendo feita a partir de reuniões, oficinas, palestras, entre outros meios.

### **4) Região Costeira da Cidade do Rio de Janeiro**

Orador: Luis Carlos

#### **Assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa popular**

- As lideranças assumirem o compromisso de conseguir a assinatura de pelo menos o mesmo número de pescadores registrados em sua organização, disponibilizando material de divulgação do projeto.

### **Propostas de ação**

- Favorecer maior comunicação entre comunidades e não apenas entre os membros de uma única comunidade com a realização de reuniões periódicas. Listar e informatizar as comunidades para que isso ocorra.
- Envolver os jovens na pesca artesanal de forma a perpetuar o conhecimento adquirido na própria comunidade, através da divulgação de cursos e outras formas de qualificação profissional.
- Divulgação através de cartilhas, pela mídia, sobre o fornecimento do serviço de legalização das associações pela defensoria pública.  
Viabilização da liberação de crédito para investimentos em infraestrutura, de forma mais acessível ao pescador artesanal.

### **5) Região dos Lagos**

Orador Elegasi, Região dos Lagos

#### **Propostas de ação**

- Ordenamento pesqueiro e respeito ao PNPCT.
- Criação de Unidades de Conservação.
- Criação de Câmaras de Compensação Ambiental.
- Maior fiscalização da pesca industrial junto às comunidades.
- Divulgação da petição junto às Redes e Associações que já existem na região.
- Trabalho de educação popular relacionada à questão ambiental e à luta de resistência.
- Valorização do produto da pesca e aquicultura.

### **6) Região Norte**

Orador Linino da Coroa – Rio Paraíba do Sul, Campos

#### **Propostas e ações**

- 1) Articular com associações, colônias, sindicatos de trabalhadores rurais e comunidades o debate sobre o Projeto de Lei e a coleta de assinaturas.
- 2) Potencializar a campanha de regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras por meio das redes sociais.
- 3) Formação de um GT no âmbito da Defensoria Pública para assessoria jurídica contínua às comunidades tradicionais pesqueiras visando efetivar e garantir direitos.
- 4) Divulgar/disponibilizar relatório sobre “Caracterização da pesca na Bacia de Campos” (IBAMA – RJ) para apropriação das comunidades, associações e colônias de pescadores artesanais, visando construir propostas/ações de fortalecimento da atividade pesqueira. (Direito à informação)
- 5) Garantir com que as associações de pescadores possam emitir documentação de identificação dos mesmos.